

**Perspectivas do conhecimento acerca da violência contra mulheres migrantes:
mapeamento da produção acadêmica Strictu Sensu**

**Perspectives of knowledge about violence against migrant women:
mapping academic production Strictu Sensu**

**Perspectivas del conocimiento sobre la violencia contra las mujeres migrantes:
mapeo de la producción académica Strictu Sensu**

Recebido: 24/11/2020 | Revisado: 03/12/2020 | Aceito: 07/12/2020 | Publicado: 10/12/2020

Rubia Geovana Smaniotto Gehlen

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0930-2796>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Email: rubiageovana@gmail.com

Jaqueline Arboit

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6610-5900>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: jaqueline.arboit@hotmail.com

Cristiane Cardoso de Paula

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4122-5161>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: cris_depaula1@hotmail.com

Stela Maris de Mello Padoin

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3272-054X>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: stelamaris_padoin@hotmail.com

Resumo

Objetivo: Analisar a natureza e tendência do conhecimento em teses e dissertações brasileiras sobre o tema da violência de gênero contra mulheres imigrantes e refugiadas. Método: Pesquisa bibliográfica de caráter inventariante que considerou as teses e dissertações cadastradas no Banco de Teses do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A busca foi em janeiro de 2020, foram recuperados 160 estudos e selecionados 14 (duas teses e doze dissertações) para análise. Resultados: Houve crescimento na produção acadêmica. Quanto à natureza, observou-se maior representação sócio-cultural

(8), seguidas da política (3), clínico- epidemiológico (2) e existencial (1). Quanto à tendência, houve predominância de ordem protetiva (9), seguido de assistencial (4) e promoção (1). Os estudos evidenciaram violências nas formas física, sexual, doméstica, obstétrica, de gênero, estrutural, bullying, perseguição política, cerceamento de direitos humanos, rupturas familiares e sociais, racismo, discriminação e preconceito. Conclusão: Constatou-se ausência de pesquisas conduzidas por profissionais enfermeiros na temática, constituindo-se possíveis lacunas de conhecimento e fragilidades nos avanços do conhecimento na seara social voltadas para as diversidades e interseccionalidades. Observou-se a necessidade de ampliar os estudos de natureza existencial e clínica-epidemiológica e de tendência de promoção da saúde, contemplando estratégias que venham a contribuir para implementação de ações e políticas públicas voltadas às mulheres migrantes, além de ações de empoderamento acerca das questões da violência, e fortalecimento da autonomia feminina, o que pode ser viabilizado por meio de redes de cooperação e interlocução entre universidade e sociedade.

Palavras-chave: Migrantes; Mulheres; Violência de gênero; Vulnerabilidade em saúde; Conhecimento; Enfermagem.

Abstract

Objective: To analyze the nature and trend of knowledge in Brazilian theses and dissertations on the theme of gender violence against immigrant and refugee women. **Method:** Inventory bibliographic research of an inventory nature that considered the theses and dissertations registered in the Bank of Theses of the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel. The search was in January 2020, 160 studies were retrieved and 14 (two theses and twelve dissertations) were selected for analysis. **Results:** There was growth in academic production. As for nature, there was a greater socio-cultural representation (8), followed by politics (3), clinical-epidemiological (2) and existential (1). As for the trend, there was a predominance of protective order (9), followed by assistance (4) and promotion (1). The studies showed violence in physical, sexual, domestic, obstetric, gender, structural, bullying, political persecution, restriction of human rights, family and social disruptions, racism, discrimination and prejudice. **Conclusion:** There was an absence of research conducted by professional nurses on the subject, constituting possible gaps in knowledge and weaknesses in the advances in knowledge in the social field, focused on diversity and intersectionality. There was a need to expand studies of an existential and clinical-epidemiological nature and of a health promotion trend, contemplating strategies that may contribute to the implementation of public policies and actions aimed at migrant women, in

addition to empowerment actions on issues violence, and strengthening female autonomy, which can be made possible through cooperation and dialogue networks between university and society.

Keywords: Migrants; Women; Gender violence; Health vulnerability; Knowledge; Nursing.

Resumen

Objetivo: Analizar la naturaleza y tendencia del conocimiento en tesis y disertaciones brasileñas sobre el tema de la violencia de género contra mujeres inmigrantes y refugiadas. **Método:** Inventario de investigación bibliográfica de carácter inventario que consideró las tesis y disertaciones inscritas en el Banco de Tesis del Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación para la Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior. La búsqueda fue en enero de 2020, se recuperaron 160 estudios y se seleccionaron 14 (dos tesis y doce disertaciones) para su análisis. **Resultados:** Hubo crecimiento en la producción académica. En cuanto a la naturaleza, hubo una mayor representación sociocultural (8), seguida de la política (3), clínico-epidemiológica (2) y existencial (1). En cuanto a la tendencia, predominó la orden de protección (9), seguida de la asistencia (4) y la promoción (1). Los estudios evidenciaron violencia física, sexual, doméstica, obstétrica, de género, estructural, bullying, persecución política, restricción de los derechos humanos, trastornos familiares y sociales, racismo, discriminación y prejuicio. **Conclusión:** Hubo una ausencia de investigaciones realizadas por enfermeras profesionales sobre el tema, constituyendo posibles vacíos de conocimiento y debilidades en los avances del conocimiento en el campo social, enfocados en la diversidad y la interseccionalidad. Existía la necesidad de ampliar los estudios de carácter existencial y clínico-epidemiológico y una tendencia hacia la promoción de la salud, contemplando estrategias que puedan contribuir a la implementación de políticas públicas y acciones dirigidas a las mujeres migrantes, además de acciones de empoderamiento en temas violencia, y el fortalecimiento de la autonomía femenina, que se puede hacer posible a través de redes de cooperación y diálogo entre universidad y sociedad.

Palabras clave: Migrantes; Mujer; Violencia de género; Vulnerabilidad de la salud; Conocimiento; Enfermería.

1. Introdução

O panorama mundial do processo migratório, segundo os dados da Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), mostra que, ao final de 2018, cerca de 70,8 milhões de pessoas

encontravam-se em processo de migração transnacional, pela primeira vez ou repetidamente, sendo os países em desenvolvimento os mais afetados. A distribuição percentual por faixa etária dessas pessoas que estão em mobilidade corresponde a 33% de 18 a 29 anos, 44% possuem de 30 a 59 anos, e 14% são crianças de 0 a 12 anos (Acnur Brasil, 2019, 2020).

Destaca-se que mulheres e crianças correspondem à metade das pessoas em mobilidade internacional, inseridas nos contextos de vulnerabilidade e violência. O território brasileiro constitui-se em um dos países que recebeu maior número de migrantes provenientes do Cone Sul da América (Acnur Brasil, 2019), com aumento gradativo e exponencial nos registros dos pedidos de refúgio. O ano de 2018 correspondeu ao maior número de solicitações de reconhecimento de condição de refugiado, sendo 80 mil solicitações até o final do ano c de 2018, isto porque o fluxo venezuelano de deslocamento forçado aumentou exponencialmente (Conare, 2018).

O Brasil tornou-se referência internacional por seu marco normativo para a governança migratória por meio da implementação da Lei de Migração nº 13.445 de 2017 (Brasil, 2017), alocando o Brasil na vanguarda do fluxo migratório. A partir dessa lei, os migrantes possuem direito à nacionalidade e acesso aos programas e políticas sociais e de saúde implementados pelo governo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros direitos preservados, além de garantir aos migrantes que os mesmos não podem mais ser presos por estarem de modo irregular no país. A lei brasileira é considerada uma das mais abrangentes em relação à temática de refugiados, uma vez que prevê também a concessão de refúgio em casos de grave e generalizada violação de direitos humanos (Brasil, 2017).

No que tangencia o grupo específico de mulheres migrantes, estas enfrentam múltiplas situações de vulnerabilidades, uma vez que vivenciam a distância das suas origens, diversas formas de violência durante o processo migratório, somadas a estigmatização em razão da condição de ser mulher e migrante. O status migratório também é condicionante de maior ou menor vulnerabilidade à violência, uma vez que a diferença entre eles corresponde, entre outros, ao caráter protetivo destinadas às essas mulheres (Costa & Schwinn, 2017).

Nesse sentido, o status migratório diz respeito à migração forçada ou voluntária. A primeira corresponde aos refugiados e apátridas, forçados a deixar seu país de origem pelo fundado temor de perseguição e violência. A segunda corresponde àqueles que fogem das intempéries do seu país, deixando o migrante na posição de ficar ou partir (Acnur Brasil, 2020). No que diz respeito ao caráter protetivo, o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (United Nations General Assembly, 2018) menciona que os refugiados e os migrantes voluntários têm direito aos mesmos direitos humanos universais e liberdades fundamentais, que

devem ser respeitados, protegidos e cumpridos. No entanto, o mesmo evidencia que migrantes voluntários e refugiados compõem grupos distintos, regidos por quadros jurídicos distintos (Costa & Schwinn, 2017). Assim, nos termos jurídicos, somente os refugiados têm direito à proteção internacional, conforme definido pelo Direito Internacional dos Refugiados e Declaração de Cartagena.

Os dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados em seu relatório Refúgio em Números (Conare, 2020) de 2019 demonstram a feminização dos fluxos migratórios. Em contrapartida, percebe-se pouca ênfase às questões de gênero nas políticas migratórias internacionais e nacionais, como no Pacto Global da Migração Segura e na Lei de Migração de 2017, denotando a ausência de normas específicas relativas a questões de gênero ou de proteção da mulher migrante.

O que se deve em grande parte ao fato de as mulheres serem consideradas na história da migração apenas acompanhantes de seus pais, maridos e irmãos, o que não confere veracidade, uma vez que os processos de globalização mudaram a natureza da mobilidade feminina, de tal modo que não só as mulheres migrantes estão dominando cada vez mais os fluxos transfronteiriços, mas assim o fazem sob condições cada vez mais precárias legal e socioeconomicamente (Amorim De Araújo & Pinho De Almeida, 2019). Dessa forma, o rosto da migração, ainda hoje, é o do homem, apesar do protagonismo feminino nos fluxos migratórios (Bertoldo, 2018), refletindo em desigualdades de gênero e precarização da atenção às mulheres migrantes e suas famílias (Marinucci, 2017, Gehlen, 2020).

Nesse lastro, compreende-se a significância política, social e de saúde de abordar as questões da migração feminina e vulnerabilidades à violência dessas mulheres, considerando a perspectiva de gênero, visto que a diferença entre homens e mulheres não é pautada somente no biológico, mas na construção social das relações de poder estabelecidas na sociedade (Marinucci, 2017; Scott, 1995). Em face a relevância no campo da ciência de identificar os avanços e perspectivas do conhecimento acerca da violência contra mulheres migrantes no âmbito da pós graduação, este escrito objetivou analisar a natureza e tendência do conhecimento em teses e dissertações brasileiras sobre o tema da violência de gênero contra mulheres imigrantes e refugiadas.

2. Materiais e Método

Pesquisa bibliográfica de caráter inventariante do estado do conhecimento produzido nas teses e dissertações dos Programas de Pós Graduação *Strictu Sensu* brasileiros acerca do

tema violência de gênero contra mulheres imigrantes e refugiadas. Destaca-se que estudos do tipo estado do conhecimento visam mapear e discutir a produção acadêmica sobre determinado tema e campo do conhecimento, sob a metodologia de caráter inventariante e descritivo (Ferreira, 2002). Desta forma, este escrito foi sistematizado por meio das seguintes etapas:

- (1) Definição do tema: violência de gênero contra mulheres imigrantes e refugiadas
- (2) Definição da pergunta de revisão: Qual é a natureza e tendência da produção acadêmica de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu brasileiros acerca da violência de gênero contra mulheres imigrantes e refugiadas?
- (3) Escolha do Repositório Digital: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (*Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES*, [s.d.]), que se justifica por esta estar vinculada ao Ministério da Educação brasileiro, que disponibiliza o Catálogo com informações fornecidas pelos programas de pós-graduação Stricto Sensu em regime de domínio público a partir de 1987, sendo a CAPES o órgão máximo de avaliação da pós-graduação Stricto Sensu no Brasil (*Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES*, [s.d.]).
- (4) Elaboração dos critérios de seleção: Foram critérios de inclusão as produções acadêmicas que abordassem a imigração e refúgio no cenário brasileiro; e de exclusão aquelas com a população de descendentes de imigrantes e refugiados.
- (5) Coleta dos dados: A busca no repositório digital foi desenvolvida em janeiro de 2020, utilizando o campo ASSUNTO, sem delimitação de recorte temporal e aplicadas nove (9) estratégias combinadas de busca:
 - (6)
mulheres imigrantes AND violência de gênero; mulheres imigrantes e refugiadas AND violência de gênero; “violência” AND “mulher imigrante e refugiada”; violência AND mulher AND imigração e refúgio; violência AND mulher AND imigrantes e refugiadas; violência OR violência de gênero AND mulher AND imigrantes e refugiadas; violência OR violência de gênero AND mulher OR mulheres AND imigrantes e refugiadas OR imigração e refúgio; violência AND mulher AND imigrante e refugiada; violência AND mulher AND refugiada
 - (7) Seleção dos estudos: A seleção dos estudos resultou na recuperação de 160 estudos para leitura de títulos e resumos, nos quais foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão e selecionadas 58 produções para leitura na íntegra. Após a leitura crítica, foram selecionados quatorze (14) produções que compuseram o *corpus* do estudo, as quais foram identificadas pela letra P de produção, seguida de uma numeração sequencial (P1, P2...).

Destaca-se que todos os estudos estavam integralmente disponíveis online. Ressalta-se também que esta etapa, bem como a conseguinte, foi realizada de forma duplo independente, por dois pesquisadores.

(8) Análise: Análise de conteúdo (Minayo, 2014) desenvolvida nas suas três fases:

a) Organização dos dados e pré- análise – construção de um instrumento de extração dos dados que consistiu em uma ficha de análise documental composta pelas variáveis: título, autor, tipo de produção (dissertação ou tese), instituição de ensino superior, estado, abordagem metodológica, ano de publicação, objetivo do estudo, população foco do estudo, temática, área do conhecimento, principais resultados, e natureza e tendência da produção científica. Esta etapa também permeou a construção do quadro (Quadro 1) com a definição de natureza e tendência a ser aplicado no estudo.

Quadro 1. Definição quanto a Natureza e Tendência de produções acadêmicas.

		Definição
Natureza	Clínico- epidemiológico	Componentes clínicos, terapêuticos e de prevalência de uma situação.
	Sócio- cultural	Componentes históricos, sociais, culturais de grupos humanos.
	Político	Implementação e ação de políticas sociais do tema
	Existencial	Significados pessoais de uma situação.
Tendência	Assistência	Ações de atenção à saúde.
	Proteção	Organização da sociedade em termos de leis.
	Promoção	Ações de promoção da saúde.

Fonte: Autores.

b) Exploração do material – leitura atenta, reflexiva e exaustiva do material na íntegra, e captação das principais palavras e ideias, ancorada na classificação quanto a natureza ou foco da área temática, e da tendência, contribuições ou recomendações que intencionam nos resultados (Paula et al., 2013), utilizando-se da identificação cromática para agrupar os dados e seus significados nas duas categorias analíticas pré estabelecidas (Natureza e Tendência).

c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação – presunção de inferências e interpretações acerca dos resultados de acordo com o objetivo do estudo.

A síntese dos dados foi descritiva e ilustrada em tabelas e gráficos. A discussão dos resultados foi cotejada com literatura científica nacional e internacional.

3. Resultados

O levantamento da produção acadêmica resultou em 14 estudos selecionados, sendo duas teses e doze dissertações. Dessas produções, três dissertações são oriundas do Programa de Mestrado Profissional, e as demais provenientes do Programa de Mestrado Acadêmico. O quadro 2 apresenta a caracterização das produções que compõe o corpus do estudo quanto ao seu tipo (dissertação ou tese), a população que foi estudada, o tipo de abordagem metodológica utilizada nas produções, a instituição na qual foi ela desenvolvida e a subárea do conhecimento da qual insere-se.

Quadro 2. Caracterização das produções que compõe o corpus do estudo.

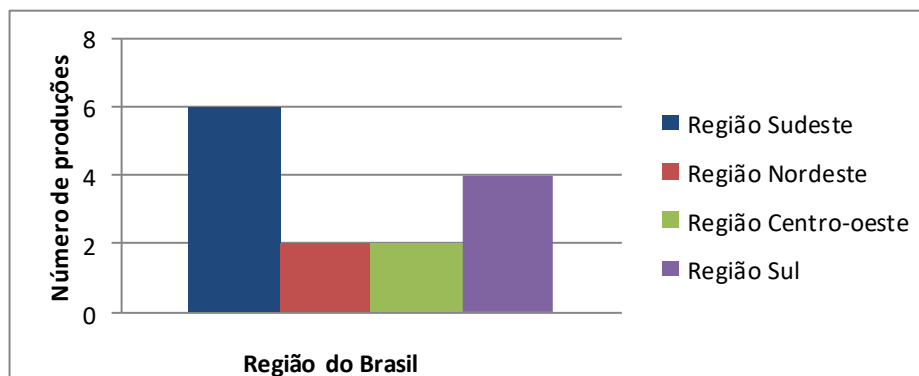
ID	Tipo	Referência (Autor/ano)	População	Abordagem	Instituição/Estado	Subárea
P1	T	Yajahuanca, 2015	Mulheres	Qualitativa	USP/ SP	Saúde Pública
P2	T	Moraes, 2016	Homens e mulheres	Quantitativa; documental	PUCRS/ RS	Direito
P3	D	Mühlen, 2012	Homens e mulheres	Qualitativa Documental Revisão sistematizada	PUCRS/ RS	Psicologia
P4	D	Liberato Filho, 2017	Mulheres	Qualitativa	UNIFOR/ CE	Saúde Coletiva
P5	D	Weinert, 2015	Homens e mulheres	Qualitativa	USP/ SP	Saúde Pública
P6	D	Queiroz, 2015	Mulheres	Documental e bibliográfica	UEPB/ PB	Relações Internacionais
P7	D	Ruiz, 2015	Mulheres	Bibliográfica	UERJ/ RJ	Serviço Social
P8	D	Brunnet, 2012	Homens e mulheres	Quantitativo e Revisão Sistemática	PUCRS/ RS	Psicologia
P9	D	Gomes, 2011	Homens e Mulheres	Qualitativa e bibliográfica	UFMS/ MS	Estudos Fronteiriços
P10	D	Etzal, 2017	Mulheres	Qualitativa	UFRJ/ RJ	Políticas Públicas em Direitos Humanos
P11	D	Domingos, 2018	Homens e mulheres	Documental e bibliográfica	UNISUAM/ RJ	Desenvolvimento Sustentável e Trabalho
P12	D	C. A. dos Santos, 2018	Mulheres	Qualitativa	UnB/DF	Sociologia
P13	D	P. C. Santos, 2019	Mulheres	Qualitativa	UERJ/RJ	Saúde Coletiva
P14	D	Morais, 2019	Mulheres	Qualitativa	UFSC/SC	Relações Internacionais

Legenda: T = Tese; D = Dissertação. Fonte: Autores.

A partir da apresentação do quadro acima e sua respectiva síntese da caracterização das produções, observa-se que quanto à modalidade da produção e o ano de sua publicação, tem-se duas (2) no período entre 2011-2012 e as demais entre 2016 – 2019 (12). Pode observar-se que os estudos estão vinculados a várias instituições privadas e públicas, sendo três (3) à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, dois (2) em cada uma das Universidades de São Paulo e Estadual do Rio de Janeiro, e uma (1) produção, respectivamente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Fortaleza, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário Augusto Motta e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

A representação geográfica da distribuição das produções quanto a região do Brasil é apresentada no Gráfico 1. Observa-se que as produções distribuídas nas regiões sul (4) e sudeste (6) concentraram 71,4%, seguidas das regiões Nordeste (2) e Centro-Oeste (2), representando 28,6% das produções.

Gráfico 1. Número de produções por Instituição de Ensino e região do Brasil.



Fonte: Autores.

Assim, às instituições acadêmicas localizadas nas regiões sul e sudeste apresentaram maior porcentagem de produções na temática da violência contra mulheres imigrantes e refugiadas. Quanto ao tipo de abordagem de pesquisa utilizado nas produções, o qual pode ser observado na Tabela 1, constatou-se predominância da qualitativa (9), correspondendo a 64,2% das produções. A abordagem mista de pesquisa (abordagem qualitativa e quantitativa) foi empregada em 42,8% (6) das produções, associando estudos empíricos, bibliográficos, documentais, e revisão sistematizada da literatura.

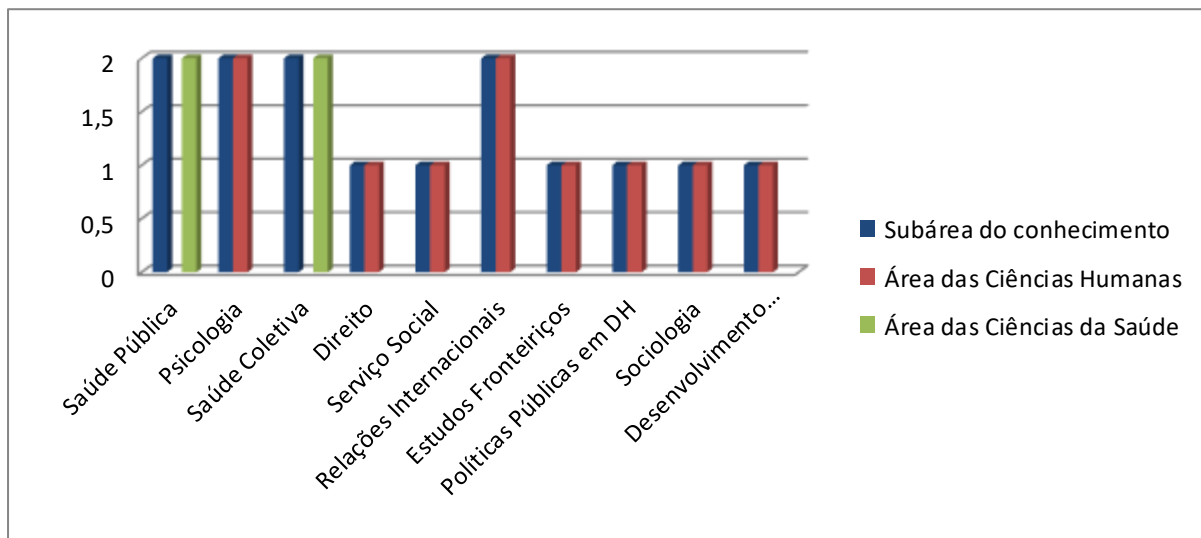
Tabela 1. Distribuição da abordagem de pesquisa nos estudos.

Abordagem	N=	%
Qualitativa	9	64,2
Quantitativa	2	14,2
Documental	4	28,5
Bibliográfica	4	28,5
Revisão sistematizada da literatura	2	14,2

Fonte: Autores.

Em relação à população estudada, 57,1% das produções correspondem a estudos realizados somente com mulheres migrantes (8). No que tange a área do conhecimento, o Gráfico 2 demonstra predomínio de estudos na área das Ciências Humanas (10), totalizando 71,4% das produções, sendo os demais (4) correspondentes à grande área das Ciências da Saúde, com 28,6% das produções.

Gráfico 2. Número de produções por subárea e área do conhecimento.



Fonte: Autores.

Observa-se a baixa produção no campo das ciências da saúde, voltada especificamente para as mulheres que se refugiam, o que pode apontar invisibilidades e fragilidades desta temática na seara acadêmica, principalmente porque a violência contra as mulheres constitui-se como um problema de saúde (Organização Mundial da Saúde, 2002). Os estudos selecionados evidenciam diferentes tipos e contextos de violência permeados pelas formas de violência física (P1, P2, P6, P8, P12, P13), sexual (P5, P12, P14), doméstica (P1, P5, P9),

obstétrica (P1), de gênero (P3, P5-P7, P9, P10, P12, P14), estrutural (P1- P14), bullying (P1), e ainda mencionam a violência nas formas de racismo, discriminação e preconceito (P1, P4, P8, P12, P14). Todos os estudos contemplam também, histórias de violências manifestadas por perseguição política, cerceamento de direitos humanos e de rupturas familiares e sociais (P1- P14).

No Quadro 3 é apresentada a caracterização das produções quanto a sua natureza e tendência. Observou-se que 57,1% correspondem à natureza sociocultural, e 64,2% apresentam tendência protetiva.

Quadro 3. Caracterização das produções quanto a sua Natureza e Tendência.

		Definição	Produções
Natureza	Clínico-epidemiológico	Adoecimento mental e prevalência de sintomas de transtorno do estresse pós-traumático, ansiedade e depressão.	P8, P13
	Sócio- cultural	Processos históricos, sociais, econômicos e culturais com relação à migração. Identidade social, étnica e cultural e violências interseccionais. Vulnerabilidade e relações de gênero na família, na nova sociedade migrada e no processo migratório. Protagonismo feminino na trajetória migratória.	P3, P5, P6, P7, P9, P10, P12, P14
	Político	Implementação e ação da Política Migratória pautada nos Direitos Humanos. Implementação e acesso a políticas públicas e de saúde voltadas para o grupo social de migrantes. Movimentos políticos de luta e garantia aos Direitos Humanos dos imigrantes e refugiados.	P2, P4, P11
	Existencial	Experiências, sentimentos, significados pessoais e percepções sobre a assistência à saúde recebida como mulher migrante.	P1
Tendência	Assistência	Ações de intervenção e diagnóstico, adaptação e acesso integral e equitativo à assistência e a saúde.	P1, P4, P8, P13,
	Proteção	Construção e execução de políticas migratórias e sociais, e da não violação dos direitos humanos dos sujeitos migrantes. Direito a mobilidade no território migrado e ao trabalho formal.	P2, P3, P6, P7, P9, P10, P11, P12, P14
	Promoção	Informação, promoção da saúde pelas práticas de saúde e cuidado com abordagem cultural.	P5

Fonte: Autores.

Constatou-se assim que o foco da área temática nas produções acadêmicas manteve-se centrado, principalmente, nas questões de âmbito social e cultural que permeiam o contexto de vida das mulheres que se refugiam e as violências nele implicadas. Quanto às contribuições e/ou recomendações que intencionam os resultados das produções, estes permearam, primordialmente, as questões de proteção jurídica e dos direitos humanos das mulheres migrantes.

4. Discussão

A realização e publicação de estudos com a população de migrantes tem aumento gradativo nos últimos cinco anos. Embora o processo migratório não seja recente, sua visibilidade tem aumentado pela mídia e crises sociais e políticas que vêm acontecendo no mundo, gerando a necessidade de migrar (Acnur Brasil, 2020). Ainda, levando-se em conta que os migrantes, uma vez em solo brasileiro, tem se dispersado geograficamente em diferentes estados, concentrando-se principalmente em regiões fronteiriças e também em grandes centros econômicos, as teses e dissertações selecionadas procedem, principalmente, às universidades das regiões sul e sudeste.

A predominância da abordagem qualitativa nas produções, a partir de uma perspectiva empírica, pode ter origem em diversos fatores. Entre eles, infere-se a necessidade dos pesquisadores de adquirir conhecimento sobre questões subjetivas que envolvem o fenômeno da violência de gênero, a partir das experiências das mulheres migrantes frente ao vivido da violência na sua trajetória de vida e migração.

Tendo em vista a necessidade de que a prática profissional da enfermagem deve estar atenta para a emergência da nova população que se desenha no cenário da saúde (Jofré & Sepúlveda, 2017), manifesta-se a preocupação com o atual e crescente panorama de migração no Brasil e a ausência de produção de conhecimento da área da saúde, e em especial, da Enfermagem nas produções acerca da violência de gênero contra mulheres imigrantes e refugiadas, também em nível de formação. Pois considera-se que na medida em que se busca responder às novas demandas sociais, tem-se a possibilidade da promoção do cuidado considerando a diversidade cultural e respeitando a alteridade desses sujeitos.

Para tanto, sobressalta-se a importância de uma formação que desenvolva habilidades e competências para que a enfermagem tenha um olhar de cuidado integral, holístico e com abordagem transcultural (Viadas, 2015) para com o sujeito o qual direciona atenção. No que diz respeito às mulheres migrantes, é imprescindível que o enfermeiro mantenha uma postura ética e de respeito à sua cultura, crenças, valores e práticas relacionadas à saúde, tornando a mulher protagonista do próprio cuidado (Horta et al., 2019).

Nesse sentido, o conhecimento gerado em estudos científicos é essencial para a melhoria constante da assistência de enfermagem. É importante que a atuação dos enfermeiros seja pautada na prática baseada em evidências, utilizando os resultados de pesquisas para fundamentar suas decisões e ações, sempre atento aos avanços e perspectivas de desenvolvimento do campo do conhecimento. Ressaltando-se assim a importância da inserção

da enfermagem nas pesquisas sociais frente à problemática da violência contra mulher, sendo uma das consequências da sua ausência, as lacunas e fragilidades de conhecimento.

Na direção de vislumbrar os avanços e perspectivas do conhecimento na temática da violência contra as mulheres imigrantes e refugiadas nas produções *Strictu Sensu* brasileiras, sublinha-se que os diferentes tipos e contextos de violência são construídos e reproduzidos em diferentes tempos e espaços, e fruto das relações de desigualdades sociais e das relações de poder entre homens e mulheres. Além disso, as histórias das mulheres que migram estão condicionadas à fuga e ao deslocamento forçado como condição de sobrevivência, as transformando em refugiadas e desterritorializadas, ou como cunhou Hannah Arendt (2013), “povos sem Estado”, expressão essa utilizada pela autora para se referir à experiência de povos que permaneceram e permanecem à margem das sociedades.

Isso porque, os refugiados se situam entre o seu país de origem e o país de destino. Ao transitar entre os dois universos, ocupam posição marginal, tanto em termos identitários, culturais e sociais, assentada na falta de pertencimento pleno enquanto membros da comunidade receptora (Moreira, 2014). Assim, muitos destes povos se constituem como “refugos da terra” (Arendt, 2013) ou apátridas, uma vez que se veem abandonados por tudo e todos, mas principalmente pelos Estados Nacionais, que não lhes garantem direitos, não desenvolvem políticas de inclusão política e social. Desta forma, tais populações acabam por se constituir em povos sem Estado, ou seja, povos sem direitos (Rego, 2013).

As formas de violência relatadas nas produções acadêmicas também são evidenciadas em outros estudos nacionais e internacionais (Morales et al., 2016; Alencar-Rodrigues & Cantera, 2016; Briones-Vozmediano et al., 2016; Flores, 2016; Gennari et al., 2017; Ghafournia, 2017; Kapur et al., 2017; Martínez-Roman et al., 2017; Mirza, 2016; Rodrigues & Leonor, 2017; Souto et al., 2016), coerentes com a dimensão da problemática da violência de gênero contra mulheres imigrantes e refugiadas, violências essas praticadas de diferentes formas, e por diferentes sujeitos contra esse grupo populacional. Nessa esteira, é importante salientar que a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993) ratifica a compreensão em âmbito mundial de que todas as formas de violência contra todos os grupos sociais e identitários de mulheres – o que inclui as mulheres imigrantes e refugiadas- constitui-se uma grave violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação.

O mapeamento das produções permitiu vislumbrar que, quanto a sua natureza, a maioria dos estudos teve o foco da área temática as questões sócio- culturais (P3, P5-P7, P9, P10, P12, P14) e políticas (P2, P4, P11). Os estudos discutem que as expressões históricas, sociais, econômicas e culturais permeiam a vida das mulheres migrantes quando chegam ao país no

qual buscam refúgio. Estas se deparam com dificuldades para acessar o mercado de trabalho e os direitos sociais como educação, moradia, saúde e assistência social, além de experienciar violências e discriminações, como a xenofobia. Suas identidades sociais são moldadas a partir das interações estabelecidas na nova sociedade migrada, bem como pelos marcadores sociais de diferença atribuídos à elas.

Nesse sentido, os estudos trazem para a reflexão a questão da interseccionalidade (Collins, 2017; Crenshaw, 2002) das violências sofridas por essas mulheres com os marcadores sociais de gênero, raça, classe, etnia, status migratório e nacionalidade, tanto no processo de deslocamento como de reterritorialização, deixando-as em situações de vulnerabilidades. Sinalizam também que esses marcadores sociais de diferenças, que conferem a identidade social às mulheres migrantes, acarretam na marginalização social, econômica e política dessas mulheres, nas sociedades nativas e de acolhimento.

Destaca-se assim, que a compreensão das violências interseccionais torna-se premissa ao entendimento de que estas impactam e fomentam desigualdades sociais (Crenshaw, 2002), desencadeando na contenção da visibilidade e voz das mulheres migrantes no contexto social e político, e produzindo subjetividades no que tange a violência contra mulher. Compreender as violências sofridas pelas mulheres imigrantes e refugiadas pelas lentes da interseccionalidade mostram-se de suma importância, pois a simultaneidade das discriminações racial, de gênero, de classe, étnicas, de nacionalidade e status migratório (imigrante ou refugiada) cria experiências específicas de violência. Estas experiências, contudo, não consistem na soma das discriminações próprias a cada um destes modelos de dominação, e, por isto, não são compreensíveis e visíveis, a partir de somente uma destas categorias (Bernardes & Albuquerque, 2016).

Nessa perspectiva, os estudos avançam também acerca do debate das questões de gênero na migração, discutindo a violência, opressão e desigualdades pela ótica das relações e identidades de gênero. Os estudos contextualizaram as questões de gênero nas relações conjugais e familiares das mulheres migrantes; nos processos migratórios que vivenciaram, e que a migração se dá de formas diferentes para os homens e para as mulheres, com maior impacto social, econômico e cultural sobre as mulheres, principalmente no que diz respeito às suas atitudes, à sua identidade, e ao seu processo de aculturação.

Cabe contextualizar que a Organização Internacional para a Migração (2019) realizou um estudo a nível mundial sobre como as mulheres migrantes influenciam no desenvolvimento dos países de destino. Demonstrando assim, que a crescente feminização do fenômeno migratório a partir do deslocamento de mulheres em todo o mundo tem contribuído

significativamente para o desenvolvimento social e econômico de países desenvolvidos e em desenvolvimento, ratificando a importância da migração feminina, sob a ótica do gênero.

Acerca dessa feminização migratória, os estudos avançam nas ponderações de que esta associa-se a fatores culturais e de gênero, uma vez que, em muitos casos, as mulheres são forçadas a migrar pela pressão da família ou do ambiente, ou porque elas são vítimas de violência doméstica, abuso sexual ou pelos usos e os costumes próprios de uma cultura machista que dificulta o seu potencial de crescimento e desenvolvimento pessoal.

Assim, a perspectiva de gênero torna-se primordial para compreender as causas e consequências da migração internacional, e em especial, Latino-Americana. A desigualdade de gênero pode contribuir na tomada de decisão de migrar quando as mulheres têm expectativas econômicas, políticas e sociais que as oportunidades disponíveis no seu país não atendem. A migração pode ser uma experiência de fortalecimento para as mulheres, e de exercer a autonomia sobre suas próprias vidas. Além disso, as mulheres que são deixadas para trás quando seus maridos ou filhos migram, muitas vezes têm de assumir novos papéis e responsabilidades em relação a decisões que afetam o bem-estar social e econômico de suas famílias (Organização Internacional para as Migrações, 2019).

O conhecimento avança também no que tangencia às interconexões do conceito de vulnerabilidade, na medida em que destacam as situações de vulnerabilidade individual, social e programática às diversas formas de violência a que as mulheres estão expostas, tanto na trajetória de migração quanto no seu processo de reterritorialização, bem como ao racismo, preconceito e práticas discriminatórias. Ainda, tais estudos apontam os diversos contextos que permeiam as situações de vulnerabilidade dessas mulheres, como as comunidades em que vivem, o trabalho, a escola e a busca e acesso aos serviços de saúde.

A dupla vulnerabilidade que permeia as mulheres migrantes torna-se proeminente, pois com o peso de serem refugiadas, expõem-se a situações de vulnerabilidade exacerbada durante a busca por segurança, sofrendo com violências e perseguições, vulnerabilidade esta que, por exemplo, uma mulher nacional não vivencia (Schwinn & Costa, 2016). Ainda, sua vulnerabilidade à violência duplica-se na medida em que sofrem diferentes tipos de violência na sociedade e no contexto de refúgio, a qual se constitui como reflexo da violência da sociedade como um todo.

Nessa direção, evidencia-se que as situações de vulnerabilidade à que as mulheres estão expostas no processo da migração superam amplamente as dos homens. Entretanto, apesar dos diversos tratados e convenções internacionais (Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Convenção

Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias) a que os países da América Latina aderiram, nem todos fazem menção específica às questões migratórias, mas estão intimamente relacionados à igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e, portanto, devem ser aplicáveis à toda população migrante (Rodríguez, 2017). Nesse caminho, sublinha-se que qualquer esforço para tornar os diferentes sujeitos menos desiguais, em todo o mundo, perpassa, necessariamente, pelas questões de gênero.

O protagonismo feminino nos processos migratórios é destacado nos estudos, sinalizando para a necessidade de dar visibilidade à mulher migrante e as suas histórias de vida. Enaltecem ainda a capacidade de resiliência das mulheres diante de tantas adversidades impostas pelo processo migratório, e os mecanismos para a resistência utilizados pelas mesmas, os quais se dão, sobretudo, pela religião e cultura.

Destaca-se a discussão acerca dos Direitos Humanos e os modos como se dão a sua violação nos processos migratórios e no contexto de vida dos sujeitos uma vez instalados no país de destino. São realizadas ainda reflexões e apontamentos acerca da proteção e garantia dos mesmos a esse grupo populacional, possíveis somente diante de uma Política Migratória eficiente e condizente com o atual cenário de migração Latino- Americano.

De fato, os Direitos Humanos são a proteção da dignidade humana, tendo caráter de valor que precede outros bens jurídicos. Dessa forma, eles podem promover e proteger a dignidade humana em caráter universal, pela importância do valor inerente à pessoa (Silva & Silva, 2017). Nesse sentido, não há como abordar a imigração e o refúgio sem abordar os aspectos inerentes à garantia dos Direitos Humanos, dada às graves situações violadoras que acompanham esse processo, além do refúgio em si constituir-se no resultado de sucessivas violações de direitos.

Por conseguinte, a proteção dos refugiados é intrínseca à questão dos direitos humanos. Trata-se de garantir a cada pessoa os direitos inerentes à própria condição humana, quando seu país de origem não quis ou não foi capaz de garanti-los (Serpa & Félix, 2018), na medida em que se deve considerar todos as pessoas como sujeitos de direitos. De tal maneira, o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948) assegura a todo ser humano que seja vítima de perseguição, o direito de procurar e receber proteção internacional em outro país.

A partir dessa perspectiva, contextualiza-se sobre as ideias de Bauman (2013), de que a crise migratória trata-se, principalmente, de uma crise humanitária, no qual o ponto de partida

deva ser a solidariedade humana. A partir do momento que a humanidade assumir a responsabilidade política e social da questão dos refugiados, ao enxergá-lo não como um estranho, mas como um ser igual, poderá se chegar a uma solução definitiva (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948; Bauman, 2013).

No que tange as duas produções de natureza clínica-epidemiológica (P8, P13), ambas contemplam o adoecimento mental decorrentes de traumas e violências sofridos no decorrer do processo migratório. Conceitos acerca da precarização da vida e sofrimento social são utilizados para a compreensão das diversas formas de adoecimento das mulheres migrantes, adoecimentos esses relacionados ao estresse, humor, ansiedade, depressão e distúrbios somatoformes.

Diversos estudos (Adaku et al., 2016; Rees et al., 2016; Färber et al., 2020; Rees et al., 2019; Sipsma et al., 2015; Tol et al., 2017) sinalizam que os fatores estressores desencadeadores do adoecimento mental podem incluir eventos potencialmente traumáticos passados e presentes, como violência de gênero, bem como estressores em andamento, como pobreza, parceiro íntimo e outras formas de violência nos campos de refugiados, falta de acesso aos cuidados de saúde e dificuldades de vida pós-migração.

Embora as mulheres migrantes demonstrem a capacidade de resiliência, muitas experimentam o sofrimento psicológico, o qual impacta nas atividades diárias. As normas culturais e a desigualdade de gênero podem exacerbar o impacto que os fatores estressores têm no bem-estar psicossocial, nas relações interpessoais, diante de situações de violências e em suas estratégias de enfrentamento (Greene et al., 2019).

No que tange a produção de natureza existencial (P1), esta buscou destacar os sentimentos e as experiências de violências das mulheres migrantes frente ao parto e pós-parto, buscando entender os significados de tais vivências para as mesmas, preocupando-se assim, sobretudo, com a subjetividade, cultura e alteridade dessas mulheres. Evidenciou-se que as mulheres migrantes, ao vivenciar as situações de violência no parto e pós parto, ocuparam um lugar de passividade, de invisibilidade, de não poder falar e de estar sujeita ao outro (P1). Nessa direção, pode-se dizer que a violência tem o potencial de destituir o sujeito na medida em que retira dele o seu lugar de alguém que pensa, sente e deseja (Naves, 2014).

No que se refere à tendência dos estudos demonstrou predomínio de questões protetivas (P2, P3, P6, P7, P9-P12, P14) no que diz respeito à construção e execução de políticas migratórias e sociais, que contemplem a população de imigrantes e refugiadas de forma não criminatória e com respeito aos Direitos Humanos. Ainda, os estudos fazem recomendações acerca do direito à mobilidade livre no território migrado, bem como do direito ao trabalho formal.

Assim, as questões protetivas tendenciam para a construção e validação de um marco regulatório que não discrimine migrantes de diferentes categorias e condições sociais, que garanta um tratamento igualitário entre migrantes residentes e brasileiros, com vistas a garantir a dignidade humana, com proteção e atenção diferenciada aos grupos mais vulneráveis e a inclusão da dimensão gênero em todas as medidas diretamente voltadas à regulação dos fluxos migratórios.

Quanto à tendência assistencial dos estudos (P1, P4, P8, P13), estes buscam recomendar a prática de ações e intervenções em saúde que possibilite a facilidade do acesso de forma integral e equitativa aos serviços de saúde e assistência do grupo populacional em questão. No que tange o estudo de tendência da promoção (P5) ao grupo populacional de imigrantes e refugiados, este recomenda a utilização de práticas de saúde e de cuidados pelos profissionais de forma que respeite a cultura e alteridade dos mesmos, uma vez que o estudo evidenciou que os migrantes não se sentem cuidados dentro das suas práticas culturais, o que por sua vez gera prejuízos à sua saúde.

5. Considerações Finais

Este estudo possibilita vislumbrar os avanços e perspectivas quanto a natureza e tendência do conhecimento científico nas produções acadêmicas oriundas dos programas de pós graduação *Strictu Sensu*, na temática da violência contra mulheres imigrantes e refugiadas no contexto brasileiro. A significância dos resultados, tendo como atores centrais a universidade, a ciência e a sociedade, permeia a constatação do crescente fortalecimento de estudos no campo das ciências humanas e de saúde, na Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

No entanto, sinaliza-se para a ausência de pesquisas conduzidas por profissionais enfermeiros acerca desta temática. Produzindo-se assim fragilidades e possíveis lacunas nesta área de conhecimento, demonstrando que a enfermagem, no âmbito da pós graduação, necessita avançar no conhecimento na seara social, considerando diversidades e interseccionalidades, tendo em vista que a violência contra as mulheres é um grave problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos.

Em face aos achados deste estudo de que há uma proporção maior de produções acadêmicas com o perfil sócio- cultural e político e de tendência protetiva, faz-se necessário ampliar os estudos de natureza existencial e clínica-epidemiológica e de tendência de promoção da saúde. O que viabiliza contemplar estratégias que contribuem para implementação de ações e políticas públicas voltadas às mulheres migrantes, além de ações de empoderamento acerca das questões

da violência e fortalecimento da autonomia feminina, tendo em vista o potencial de impacto e transformação da realidade na sociedade por meio dos estudos no âmbito do *Strictu Sensu*.

Reflete-se que ainda há um longo caminho a ser trilhado no sentido de dar visibilidade à mulher como protagonista da sua própria história de migração, para que seja possível transcender a barreira histórica da subjugação de gênero. Nesse sentido, a história da migração deve ser contada também por mulheres, sobre mulheres, dando voz e visibilidade as suas trajetórias e as vulnerabilidades implicadas nelas, o que pode ser viabilizado por meio de redes de cooperação e interlocução entre universidade e sociedade. Isto implica no desenvolvimento de pesquisas futuras no que permeia às experiências de mulheres que migram, seu protagonismo migratório, suas resiliências e resistências e as interseccionalidades presentes.

Referências

ACNUR Brasil. (2019). *Dados sobre Refúgio*. Agência da ONU para Refugiados. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>

ACNUR Brasil. (2020). *Agência da ONU para Refugiados*. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/>

Adaku, A., Okello, J., Lowry, B., Kane, J. C., Alderman, S., Musisi, S., & Tol, W. A. (2016). Mental health and psychosocial support for South Sudanese refugees in northern Uganda: a needs and resource assessment. *Conflict and Health*, 10(1), 18. <https://doi.org/10.1186/s13031-016-0085-6>

Alencar-Rodrigues, R. de, & Cantera, L. M. (2016). La fotointervención como instrumento de reflexión sobre la violencia de género e inmigración. *Temas em Psicologia*, 24(3), 927–945. <https://doi.org/10.9788/TP2016.3-09>

Amorim De Araújo, K., & Pinho De Almeida, L. (2019). Discutindo gênero e cultura: um estudo sobre mulheres haitianas em Campo Grande-MS, Brasil Discussing gender and culture: a study on Haitian women in Campo Grande-MS, Brazil. <https://doi.org/10.25965/trahs.1916>

Arendt, H. (2013). *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Editora Companhia das Letras.

Assembleia Geral das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Assembléia Geral das Nações Unidas. (1993). *Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres*. Recuperado de [file:///C:/Users/Rubia Gehlen/Downloads/Declaração Sobre A Eliminação Da Violência Contra As Mulheres.pdf](file:///C:/Users/Rubia%20Gehlen/Downloads/Declaração%20Sobre%20A%20Eliminação%20Da%20Violência%20Contra%20As%20Mulheres.pdf)

Bauman, Z. (2013). *A cultura no mundo líquido moderno* (Zahar).

Bernardes, M. N., & Albuquerque, M. I. B. (2016). Violências Interseccionais silenciadas em Medidas Protetivas de Urgência / Intersectional Violence silenced in Judicial Proceedings. *Revista Direito e Práxis*, 7(15). <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25167>

Bertoldo, J. (2018). Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista Katálysis*, 21(2), 313–323. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>

Brasil. (2017). *LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017*. Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm

Briones-Vozmediano, E., Davó-Blanes, M. C., García-de la Hera, M., Goicolea, I., & Vives-Cases, C. (2016). Discursos profesionales sobre la violencia del compañero íntimo: implicación en la atención de las mujeres inmigrantes en España. *Gaceta Sanitaria*, 30(5), 326–332. <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2016.04.022>

Brunnet, A. E. (2012). *Prevalência e fatores associados a sintomas de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade em imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES. ([s.d.]). Recuperado 22 de novembro de 2020, de <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Collins, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? *Parágrafo*, 5(1).

Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). (2018). *Refúgio em números 4ª edição*. Recuperado de https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-numeros_versao-23-de-julho-002.pdf

Costa, M. M. M. da, & Schwinn, S. A. (2017). Desafios Às Políticas Públicas No Campo Da Violência De Gênero Contra Mulheres Migrantes E Refugiadas. *Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, 0(0), 1–46. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/17719>

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>

Domingos, A. (2018). *Direitos Humanos e a problemática dos refugiados*. Centro Universitário Augusto Motta.

Etzel, M. C. (2017). *Trabalhadoras em movimento: Bolivianas nas oficinas de costura em São Paulo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Färber, S. S., Silva, R. M. C. R. A., Pereira, E. R., Refrande, N. A., & Chícharo, S. C. R. (2020). O sentido da vida e a depressão: uma reflexão sobre fluxo migratório e fatores preditivos de suicídio. *Research, Society and Development*, 9(5), e174952471. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.2471>

Ferreira, N. S. D. A. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & sociedade*, 23(79), 257-272.

Flores, Y. Y. R. (2016). La violencia contra mujeres en comunidades transnacionales de San Luis Potosí, México: un problema de salud pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(7). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00022115>

Gehlen, R.G.S. (2020). Violências, vulnerabilidades e violação dos direitos humanos de mulheres que se refugiam: reflexões acerca do atendimento de profissionais enfermeiros a esse

grupo populacional. IN: Direitos sociais e políticas públicas. Rabello, E.T.; Amaral, I.T; Sá, L.N.E. de; Chaves, R. (Org). Rio de Janeiro: *Pembroke Collins*, 2020.v. 3, pg840-845.

Gennari, M., Giuliani, C., & Accordini, M. (2017). Muslim immigrant men's and women's attitudes towards intimate partner violence. *Europe's Journal of Psychology*, 13(4), 688–707. <https://doi.org/10.5964/ejop.v13i4.1411>

Ghafournia, N. (2017). Muslim women and domestic violence: Developing a framework for social work practice. *Journal of Religion & Spirituality in Social Work: Social Thought*, 36(1–2), 146–163. <https://doi.org/10.1080/15426432.2017.1313150>

Gomes, C. H. R. (2011). *Violência doméstica contra a mulher em região de fronteira, Brasil/Bolívia, na cidade de Corumbá- MS, aspecto jurídico, cultural e social*. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Greene, M. C., Rees, S., Likindikoki, S., Bonz, A. G., Joscelyne, A., Kaysen, D., Nixon, R. D. V., Njau, T., Tankink, M. T. A., Tiwari, A., Ventevogel, P., Mbwambo, J. K. K., & Tol, W. A. (2019). Developing an integrated intervention to address intimate partner violence and psychological distress in Congolese refugee women in Tanzania. *Conflict and Health*, 13(1), 38. <https://doi.org/10.1186/s13031-019-0222-0>

Horta, A. L. de M., Cruz, M. G., & Carvalho, G. (2019). Famílias refugiadas africanas: qualidade de vida, expectativas e necessidades em relação à saúde. *Saúde Soc*, 4(28), 123. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180959>

Jofré, S., & Sepúlveda, C. (2017). Migración en Chile: nuevo desafío para la formación de competencias culturales en estudiantes de enfermería. *Nurse. Magister in Education in Health Sciences*, 33, 2511–4775.

Kapur, S., Zajicek, A., & Hunt, V. (2017). Immigration Provisions in the Violence Against Women Act: Implications for Asian Indian Marriage Migrants. *Journal of Women, Politics & Policy*, 38(4), 456–480. <https://doi.org/10.1080/1554477X.2016.1268872>

Liberato Filho, G. F. da P. (2017). *Acesso de estudantes imigrantes à assistência pré-natal no*

Sistema Único de Saúde [Universidade de Fortaleza].
http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFOR_5ae854fbfddb56cae464dd584f6eff44

Marinucci, R. (2017). Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 25(49), 7–11.
<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004901>

Martinez-Roman, M.-A., Vives-Cases, C., & Pérez-Belda, C. (2017). Immigrant Women Suffering From IPV in Spain. *Affilia*, 32(2), 202–216.
<https://doi.org/10.1177/0886109916667158>

Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (E. Hucitec (Org.); 14ª Edição).

Mirza, N. (2016). The UK government’s conflicting agendas and ‘harmful’ immigration policies: Shaping South Asian women’s experiences of abuse and ‘exit’. *Critical Social Policy*, 36(4), 592–609. <https://doi.org/10.1177/0261018316641239>

Moraes, A. L. Z. de. (2016). *Crimigração: A relação entre Política Migratória e Política Criminal no Brasil* [Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Recuperado de <https://doi.org/https://hdl.handle.net/10923/7787>

Moraes, R. J. (2019). *Desconstruindo vulnerabilidade: a resistência de mulheres congolesas migrantes em face às desigualdades interseccionais da sociedade brasileira* [Universidade Federal de Santa Catarina]. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214566>

Morales, D. C., Santos, G. E., Vergara, M. G., Chávez, M. A., & González Rodríguez, M. R. (2016). *Violencia contra las mujeres en contextos de migración: estado del arte investigación*. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10625/55953>

Moreira, J. B. (2014). Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. *REMHU-Rev. Interdiscip. Mobil. Hum, Ano XXII*(43), 85–98.

Mühlen, B. K. von. (2012). *Cultura, identidade e gênero no processo de imigração judaica de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial* [Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Recuperado de <https://hdl.handle.net/10923/4863>

Naves, E. T. (2014). A Mulher e a Violência. Uma Devastação Subjetiva. *Revista Subjetividades*, 14(3), 453–462. <https://doi.org/10.5020/23590777.14.3.453-462>

Organización Internacional para las Migraciones (OIM). (2019). *Informe sobre las migraciones en el mundo 2020*. Recuperado de https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020_es.pdf

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra. Recuperado de https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/1_4142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf

Paula, C. C. de;, Cabral, I. E., Souza, I. E. de O., Brum, C. N. de;, Silva, C. B. da;, & Padoin, S. M. de M. (2013). HIV/AIDS in childhood and adolescence. Trends in Brazilian scientific production. *Investigación y Educación en Enfermería*, 31(2), 277–286. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072013000200014

Queiroz, C. de O. C. (2015). *A feminização da migração: trabalho doméstico, emancipação e redes sociais na fronteira Brasil-Guiana* [Universidade Estadual da Paraíba]. Recuperado de <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2543>

Rees, S J, Tol, W., Mohammad, M., Tay, A. K., Tam, N., dos Reis, N., da Costa, E., Soares, C., & Silove, D. M. (2016). A high-risk group of pregnant women with elevated levels of conflict-related trauma, intimate partner violence, symptoms of depression and other forms of mental distress in post-conflict Timor-Leste. *Translational Psychiatry*, 6(2), e725–e725. <https://doi.org/10.1038/tp.2015.212>

Rees, Susan J., Fisher, J. R., Steel, Z., Mohsin, M., Nadar, N., Moussa, B., Hassoun, F., Yousif, M., Krishna, Y., Khalil, B., Mugo, J., Tay, A. K., Klein, L., & Silove, D. (2019). Prevalence and Risk Factors of Major Depressive Disorder Among Women at Public Antenatal Clinics From Refugee, Conflict-Affected, and Australian-Born Backgrounds. *JAMA Network Open*,

2(5), e193442. <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2019.3442>

Rego, W. D. L. (2013). Freedom, money and autonomy: The case of Bolsa Família. *Revista de Ciências Sociais*, 38, 21–42.

Rodrigues, R. de A., & Leonor, M. C. (2017). Violencia en la pareja: el rol de la red social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(1), 90–106.

Rodríguez, H. del R. (2017). *Derecho a una vida libre de violencias*. Experiencias y Resistencias desde las mujeres migrantes: Estudio de casos. Recuperado de https://aieti.es/wp-content/uploads/2018/01/Estudio-Enfrentando-violencias_vd_web.pdf

Ruiz, A. E. A. (2015). *Migração , identidade cultural e gênero : um debate em construção na América Latina Rio de Janeiro*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Santos, C. A. dos. (2018). *Uma história de refúgio : narrativas de três irmãs negras do Congo no Distrito Federal* [Universidade de Brasília]. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32721>

Santos, P. C. (2019). *Narrativas femininas e saúde mental: a saída da República Democrática do Congo e o refúgio no Rio de Janeiro*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Schwinn, S. A., & Costa, M. M. M. da. (2016). Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do Acnur no combate a essa violência. *Revista Signos*, 37(2). <https://doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v37i2a2016.1100>

Scott, J. (1995). Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. *Educação & Realidade*, 1–35. <https://doi.org/10.1073/pnas.0703993104>

Serpa, P. F., & Félix, Y. da S. (2018). A efetividade dos direitos humanos sociais das mulheres refugiadas no Brasil. *Revista Argumentum*, 19(2), 397–412.

Silva, B. M. M. da, & Silva, E. N. da. (2017). *Direitos Humanos e sua aplicabilidade nas*

migrações internacionais. Recuperado de file:///C:/Users/Rubia Gehlen/Downloads/17720-17966-1-PB.pdf

Sipsma, H. L., Falb, K. L., Willie, T., Bradley, E. H., Bienkowski, L., Meerdink, N., & Gupta, J. (2015). Violence against Congolese refugee women in Rwanda and mental health: a cross-sectional study using latent class analysis. *BMJ Open*, 5(4), e006299–e006299. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2014-006299>

Souto, R. Q., Guruge, S., Merighi, M. A. B., Jesus, M. C. P. de, Egit, S., & Knowles, L. (2016). Intimate partner violence among speaking immigrant adult Portuguese women in Canada. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 50(6), 905–912. <https://doi.org/10.1590/s0080-623420160000700005>

Tol, W. A., Greene, M. C., Likindikoki, S., Misinzo, L., Ventevogel, P., Bonz, A. G., Bass, J. K., & Mbwambo, J. K. K. (2017). An integrated intervention to reduce intimate partner violence and psychological distress with refugees in low-resource settings: study protocol for the Nguvu cluster randomized trial. *BMC Psychiatry*, 17(1), 186. <https://doi.org/10.1186/s12888-017-1338-7>

United Nations General Assembly. (2018). *Global compact for safe, orderly and regular migration intergovernmentally negotiated and agreed outcome*. Recuperado de https://www.un.org/pga/72/wp-content/uploads/sites/51/2018/07/180713_Agreed-Outcome_Global-Compact-for-Migration.pdf

Viadas, R. C. (2015). Historic perspectives from anthropology. Reflections proposed to Transcultural Nursing. 374 • *Invest Educ Enferm*, 31(3). <https://doi.org/10.17533/uaea.iee.v33n2a20>

Weinert, T. S. (2015). *Uma etnografia sobre as práticas de saúde dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo* [Universidade de São Paulo]. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/D.6.2015.tde-09112015-131537>

Yajahuanca, R. del A. S. (2015). *A experiência de gravidez, parto e pós-parto das imigrantes bolivianas e seus desencontros na cidade de São Paulo - Brasil* [Universidade de São Paulo].

Recuperado de <https://doi.org/10.11606/T.6.2015.tde-13112015-105147>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Rubia Geovana Smaniotto Gehlen – 30%

Jaqueline Arboit – 20%

Cristiane Cardoso de Paula – 20%

Stela Maris de Mello Padoin – 30%